



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 31, DE 28 de Maio de 2021

“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, POR TEMPO DETERMINADO, PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO.”

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti.

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Fica autorizada a contratação de pessoal, por tempo determinado, para a área da educação, para atender necessidades temporárias de interesse público, em quantidades e funções a seguir discriminadas:

<u>Função</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Carga horária semanal</u>	<u>Remuneração mensal</u>
a) Professor - Língua Portuguesa	01	18 horas	R\$ 1.934,08
b) Professor - Matemática	01	15 horas	R\$ 1.611,73

Art. 2º As contratações de que trata o artigo 1º destinam-se a suprir necessidade da Secretaria de Educação e Cultura.

§ 1º As contratações serão pelo prazo de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogadas até o período de 2 anos, conforme o disposto na Lei Municipal nº 2372/2008.

§ 2º As contratações supra mencionadas são de natureza administrativa, sendo regidas pelas normas dos Artigos 189 a 193, da Lei Municipal nº 2372/2008, nos termos do contrato de trabalho por tempo determinado, conforme minuta em anexo.

§ 3º As cargas horárias semanais previstas para as



MUNICÍPIO DE IVOTI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

funções poderão sofrer eventuais alterações, em virtude de futuros remanejamentos que venham a ser realizados.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.1.90.04.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

3.3.90.46.00.00.00 - Auxílio Alimentação

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ivoti,

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal



ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL: PROFESSOR: LÍNGUA PORTUGUESA

VENCIMENTO: R\$ 1.934,08

ATRIBUIÇÕES: Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir seu plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional; assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminativo de cor, raça, sexo, religião e classe social, bem como de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; zelar pela aprendizagem do aluno; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho, com seus colegas, alunos, pais e comunidade; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas de aulas estabelecidos; realizar, individual e coletivamente, a avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e qualificação profissional; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao alcance dos fins educacionais da escola e do processo ensino-aprendizagem; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Condições de Trabalho:

Geral: Carga horária semanal de 18 horas.

Requisitos para Provimento:

- a) Idade: Mínima de 18 anos;
- b) Instrução: Superior - Licenciatura Plena na área de atuação.

CATEGORIA FUNCIONAL: PROFESSOR: MATEMÁTICA

VENCIMENTO: R\$ 1.611,73

ATRIBUIÇÕES: Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir seu plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional; assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminativo de cor, raça, sexo, religião e classe social, bem como de alunos portadores de necessidades educacionais especiais;



MUNICÍPIO DE IVOTI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

zelar pela aprendizagem do aluno; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho, com seus colegas, alunos, pais e comunidade; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas de aulas estabelecidos; realizar, individual e coletivamente, a avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e qualificação profissional; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao alcance dos fins educacionais da escola e do processo ensino-aprendizagem; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Condições de Trabalho:

Geral: Carga horária semanal de 15 horas.

Requisitos para Provimento:

- a) Idade: Mínima de 18 anos;
- b) Instrução: Superior - Licenciatura Plena na área de atuação.



ANEXO II

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de excepcional interesse público, por tempo determinado, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE IVOTI, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o(a) Sr.(ª) , residente e domiciliado(a) na rua/av. , nº , Bairro , na cidade de , doravante identificado(a) simplesmente CONTRATADO(A), tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 2372/2008, e conforme autorização da Lei Municipal nº , de de de 202 , por esta forma de direito, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de , estando a seu cargo direto os serviços específicos da função, além dos que venham a ser objeto de ordens verbais ou escritas, em face das necessidades nominadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: O(A) CONTRATADO(A) perceberá a remuneração de R\$ () por mês, reajustados ao mesmo tempo e nos mesmos índices estabelecidos pela Lei aos servidores municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O horário de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de horas semanais, ou o que vier a ser reestabelecido em normas ou regulamentos editados pelo CONTRATANTE, no atendimento do interesse público.

CLÁUSULA QUARTA: A vigência do presente Contrato será de de de , até , ficando automaticamente extinto pelo decurso do prazo fixado, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º, do Artigo 2º, da Lei Municipal nº .

CLÁUSULA QUINTA: O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, antes do seu término, desde que justificadamente e notificado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de indenizar o período respectivo, se não trabalhado.

CLÁUSULA SEXTA: O presente Contrato será rescindido pelo CONTRATANTE, sem que a(o) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores, como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA: É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de



MUNICÍPIO DE IVOTI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

advertência e suspensão ao CONTRATADO, nos casos e termos previstos no Estatuto dos Servidores.

CLÁUSULA OITAVA: As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato, regem-se pelo disposto no Estatuto dos Servidores.

CLÁUSULA NONA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.1.90.04.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

3.3.90.46.00.00.00 - Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica eleito o Foro da Comarca de Ivoti/RS para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem certos, justos e contratados, lavrou-se o presente Contrato de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas instrumentárias, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.



JUSTIFICATIVA

Justificamos o encaminhamento do Projeto de Lei nº 31/2021, que **“autoriza a contratação de pessoal, por tempo determinado, para a área da educação”**, diante do que segue:

Professor de Língua Portuguesa:

1 função de 18 horas semanais para a EMEF Engenheiro Ildo Meneghetti e EMEF Aroni Aloísio Mossmann, para Laboratório de Aprendizagem*.

Professor de Matemática:

1 função de 15 horas semanais para a EMEF Engenheiro Ildo Meneghetti e EMEF Aroni Aloísio Mossmann, para Laboratório de Aprendizagem*.

Conforme Plano de Ação Pedagógica Municipal para o Ano Letivo de 2021 (Documento aprovado pelo CME): A Semec definiu como estratégia, a fim de minimizar os prejuízos na aprendizagem, os laboratórios de aprendizagem, tendo como objetivo oferecer apoio a todos os estudantes que foram identificados com habilidades não consolidadas no ano de 2020.

As contratações supramencionadas destinam-se a superar as desigualdades de aprendizagem decorrentes da pandemia, mais especificamente oriundas do período de aulas remotas. Importante salientar que, apesar de todos os esforços da Secretaria de Educação e Cultura, bem como das escolas e professores responsáveis pela aprendizagem dos alunos, as dificuldades de aprendizagem se intensificam dada a impossibilidade de mediação sistemática e presencial do professor. Este cenário, indubitavelmente, acarreta em impactos diferenciados, de caráter multifatorial, como diferenças sociais, culturais, familiares, ou outras. O Parecer CNE/CP nº 11/2020 aponta um conjunto de fatores que podem afetar o processo de aprendizagem remoto no período de isolamento da Pandemia, citando-se dentre eles: “as diferenças no aprendizado entre os alunos que têm maiores possibilidades de apoio dos pais; as desigualdades entre as diferentes redes e escolas de apoiar remotamente a aprendizagem de seus alunos; as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em sua



resiliência, motivação e habilidades para aprender de forma autônoma on-line ou off-line; as diferenças entre os sistemas de ensino em sua capacidade de implementar respostas educacionais eficazes; e, as diferenças entre os alunos que têm acesso ou não à internet e/ou aqueles que não têm oportunidades de acesso às atividades síncronas ou assíncronas”.

Com o retorno das aulas presenciais no mês de maio e a possibilidade de avaliação diagnóstica que permitiu um mapeamento mais detalhado e apropriado dessas desigualdades, faz-se extremamente necessário, neste momento, oportunizar os laboratórios de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, considerando o compromisso com a equidade, conceito estruturante da Base Nacional Comum Curricular.

Ao mesmo tempo, ressalta-se que a Lei Federal nº 14.151/2021, de 12 de maio de 2021, exige que profissionais gestantes não podem atuar na presencialidade. Em vista disso, professoras que já atuavam em laboratório assumiram as turmas de professoras gestantes. Sendo assim, não foi possível atender toda a demanda de laboratório com profissionais efetivos, mediante ampliação de carga horária. Essa estratégia foi esgotada e, para a carga horária e escolas acima mencionadas, restou a alternativa da contratação emergencial. As demais escolas também oferecem laboratório de aprendizagem, assumidos por profissionais que já atuam na rede de ensino.

Essa proposta de intensificação da oferta de laboratórios de aprendizagem encontra respaldo legal e orientação na Resolução CNE/CP 02/2020 no artigo 4º § 3º que diz que "A reorganização das atividades educacionais, quando houver, deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares". Ainda no artigo 7º, lemos que "Os sistemas de ensino e instituições das redes privadas, comunitárias e confessionais possuem autonomia para normatizar a reorganização dos calendários e replanejamento curricular para as instituições a eles vinculadas, devendo essa reorganização escolar "assegurar formas de alcance por todos os estudantes das competências e objetivos de aprendizagem relacionados com a BNCC e/ou proposta curricular de cada sistema de ensino, instituição ou rede escolar."



O Art. 27 da referida Resolução ainda apresenta que:

§ 4º No retorno às atividades presenciais, quando autorizadas pelas autoridades locais, recomenda-se aos sistemas e instituições de ensino, em sua forma própria de atuação educacional:

I - realizar uma avaliação formativa e diagnóstica de cada estudante por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais e identificar as lacunas de aprendizagem;

IV - priorizar a avaliação de competências e habilidades, alinhadas à BNCC, com ênfase em leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, comunicação e solução de problemas, projetos de pesquisa para um grupo de alunos, avaliação da leitura de livros indicados no período de isolamento, entre outras possibilidades;

VIII - utilizar os resultados das avaliações formativa e diagnóstica que deverão orientar programas de recuperação da aprendizagem presencial ou não presencial, promovida em cada escola e/ou rede de ensino, conforme critérios definidos pelos gestores escolares de acordo com o seu replanejamento pedagógico e curricular no retorno às aulas.

Diante do exposto e a partir das avaliações diagnósticas realizadas tanto no momento remoto, quanto potencializado no momento do retorno presencial a Semec definiu como estratégia, a fim de minimizar os prejuízos na aprendizagem, os laboratórios de aprendizagem, tendo como objetivo oferecer apoio a todos os estudantes que foram identificados com habilidades não consolidadas. A partir de reuniões, que ocorreram sistematicamente nos espaços escolares, definindo-se o formato, os agrupamentos, as necessidades de cada contexto, baseados nos mapeamentos que cada coordenadora pedagógica fez com seu grupo de professores, para o atendimento desses estudantes. Ressaltando-se que o atendimento no



MUNICÍPIO DE IVOTI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

laboratório de aprendizagem será oferecido tanto aos estudantes que estão na presencialidade, quanto aos que optarem pelo ensino remoto.

As contratações em substituição a servidores somente serão mantidas enquanto perdurar a referida necessidade, não podendo ultrapassar o término do ano letivo de 2021.

Salientamos que as contratações seguirão a ordem de classificação do Concurso Público e/ou Processo Seletivo Simplificado vigente.

Por considerarmos que as contratações são plenamente justificáveis, apresentamos a presente proposta, contando com a aprovação do Poder Legislativo.

Atenciosamente,

Martin Cesar Kalkmann
Prefeito Municipal